



**PARECER**

**EMENTA:** Reequilíbrio econômico-financeiro. Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 004/2023. Ausência de previsão de majoração de preços nas Atas de Registros de Preços. Resolução CIRAU nº 01/2019. Possibilidade de obtenção da revisão em Contrato Administrativo com Município Consorciado. Verificação casuística. **Parcial Deferimento.**

1.

**Relatório**

Chega a esta assessoria jurídica pedido de reequilíbrio econômico-financeiro manejado pela empresa **Bongiorno Artefatos de Concreto Ltda.**, através do qual pugna pela revisão dos preços registrados em Ata em relação ao **Item 06 – Tubo de Concreto DN 600 PS1 PB** do **Pregão Eletrônico nº 004/2023**.

Em seu arrazoadado, pondera a requerente que houve aumento no preço dos insumos necessários para a produção do produto ofertado, de modo que não há como manter o valor registrado inicialmente, justificando a necessidade de revisão dos preços ofertados a teor do art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

Junto de seu requerimento apresenta cálculo de custo da mercadoria, bem como Notas Fiscais datadas de **15/03/2023** (NF 1653), **25/05/2023** (NF 1792), **22/03/2023** (NF 216315) e de **02/06/2023** (NF 221142), afirmando a ocorrência de variação superveniente, imprevisível e insuportável do custo dos produtos e requerendo a concessão da revisão de preços para **majoração** do valor licitado.

É o relatório.



## 2. **Manifestação**

De modo a tornar palatáveis as razões aqui lançadas, subdividirei o presente Parecer em duas partes, sendo a primeira relativa à verificação quanto à legalidade da majoração de valores registrados em Ata de Registro de Preços, a teor da Resolução CIRAU nº 01/2019 e do Decreto nº 7.892/2013; e a segunda relativa à verificação das razões e documentos apresentados pela empresa requerente para efeito de, se for o caso, possibilitar (ou não) a concessão da revisão pretendida diante de Municípios com que tenha celebrado Contratos Administrativos oriundos da Ata de Registro de Preços firmada com o Consórcio.

### 2.1. **Da majoração de valores registrados em Ata de Registro de Preços**

Consoante informado em linhas anteriores, a Ata de Registro de Preços celebrada entre a requerente e o Consórcio teve como base jurídica a legislação atinente ao Sistema de Registro de Preços, previsto sumariamente no art. 15, §3º, da Lei nº 8.666/93, e regulado no âmbito do Consórcio pela Resolução CIRAU nº 01/2019.

De acordo com a referida Resolução, o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e à aquisição de bens para **futuras contratações**. O registro de preços não é, portanto, uma modalidade licitatória, mas um procedimento auxiliar que visa a tornar a atuação da Administração mais célere no caso de se concretizar a necessidade de efetivar uma contratação.

Após a tramitação regular do certame, formaliza-se uma ata em que se registram os preços e as respectivas empresas, as quais se comprometem a manter as condições num possível contrato. É a chamada Ata de Registro de Preços – ARP, caracterizada pela Resolução CIRAU nº 01/2019 como o *“documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas”*.

É importante notar que a ARP não é um contrato administrativo. Ela é um documento vinculativo prévio que permite que o ente público firme um ou mais contratos em



momento posterior desde que mantidas as condições nela estabelecidas. No acórdão 1.285/2015-Plenário, o Min. Benjamin Zymler (TCU) ressaltou que a ARP *“Caracteriza-se como um negócio jurídico entre as partes, criando vínculos e estabelecendo obrigações recíprocas, embora predominantemente do particular signatário”*.

Por sua vez, o contrato administrativo, nas lições de Hely Lopes Meirelles, é *“o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma com particular ou outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração”*. Ainda segundo o eminente doutrinador, essa modalidade de contrato é caracterizada como consensual, formal, onerosa, comutativa e realizada *intuitu personae*<sup>1</sup>.

Sendo assim, não é juridicamente adequado que disposições típicas dos contratos administrativos, em especial aquelas previstas no Capítulo III da Lei nº 8.666/93, sejam aplicadas de forma indiscriminada às Atas de Registro de Preços, já que estas não se confundem com aqueles. As ARP, como elementos integrantes do Sistema de Registro de Preços, são regulamentadas fundamentalmente pela Resolução CIRAU nº 001/2019, ato normativo que deve nortear as soluções das dúvidas jurídicas relacionadas a elas e ao referido sistema.

Nesse sentido, a Resolução supracitada estabelece a possibilidade de **revisão** dos preços registrados em Ata no seu art. 17 *in verbis*:

**Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.**

Em que pese a referência ao art. 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93, que trata da álea econômica extraordinária e extracontratual e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, não se pode perder de vista que, no caso de alteração dos custos de mercado dos bens e serviços registrados em ata, até mesmo por força de uma interpretação **sistemática** da norma, a aplicação do art. 17 acima fica condicionada ao disposto nos art. 18 e 19 da mesma Resolução, que assim dispõem:

---

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes e BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 42 ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 239/240.



Art. 18. **Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.**

§ 1º **Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.**

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19. **Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:**

I - **liberar o fornecedor** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - **convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.**

Parágrafo único. **Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.**

Constata-se, dessa forma, que havendo a redução dos preços de mercado em comparação com os registrados na ata em razão de circunstâncias supervenientes à sua assinatura, o órgão gerenciador (no caso, o CIRAU) deve convocar as empresas que figuram na ARP e **negociar a redução** dos preços. Caso não aceitem, a Administração estará autorizada a liberá-las, sem a aplicação de penalidades.

Por outro lado, na eventualidade de os preços de mercado **tornarem-se superiores aos registrados em ata** devido à ocorrência de caso fortuito ou força maior, a Resolução permite **apenas**: a) que o fornecedor seja liberado do compromisso assumido, desde que seu pedido tenha ocorrido antes da convocação da Administração para fornecimento do bem, assegurada a não imposição de sanção caso comprovada a veracidade dos motivos e comprovantes; e b) que as demais empresas que figurem na ARP sejam convocadas para negociação.

Vê-se, assim, que as medidas previstas no art. 19 não indicam o cabimento do reequilíbrio econômico-financeiro da ARP, pois se limitam a exortar o órgão gerenciador



a negociar com as empresas que compõem o cadastro de reserva na busca da manutenção dos preços registrados na Ata, não havendo nenhuma obrigação por parte da Administração em aceitar as propostas das empresas, nem o contrário. Logo, como não há disposição expressa que admita a possibilidade de aumento dos preços registrados em ata, não cabe ao administrador público, submetido que está ao princípio da legalidade, acolher tal pretensão.

É pertinente lembrar, pela própria dicção literal da normativa em questão, que o equilíbrio econômico-financeiro disposto no art. 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93 é um direito assegurado apenas no âmbito do **contrato administrativo**. Tal raciocínio, inclusive, é amparado por diversos Pareceres da própria Advocacia-Geral da União (Orientação Normativa nº 22/09 e Parecer Referencial nº 006/2020); bem como pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 12.460/2016-Segunda Câmara).

A ARP, como visto, é um **compromisso prévio** à celebração de eventual contrato e, portanto, não está sujeita ao regime do reequilíbrio econômico-financeiro como previsto na Lei de Licitações. Dessa forma, a **revisão** estabelecida no art. 17 da Resolução CIRAU nº 01/2019 deve ser interpretada à luz das disposições desse mesmo ato normativo, evitando-se a fácil confusão entre os dois institutos (revisão da ARP e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato).

Nesse contexto, é razoável concluir que a referência feita pelo art. 17 da Resolução CIRAU nº 01/2019 ao art. 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93 indica somente que a revisão dos preços da Ata **deva decorrer de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, de força maior, de caso fortuito ou de fato do príncipe**, e não que o instituto do equilíbrio econômico-financeiro deva ser aplicado à ARP.

Ocorrendo ao largo da vigência da Ata alguma das situações extraordinárias citadas, aplica-se à hipótese o disposto no art. 18 ou no art. 19 da Resolução, a depender da diminuição ou do aumento dos preços de mercado, respectivamente. Havendo alta e tendo o fornecedor registrado em primeiro lugar alegado a impossibilidade de cumprir eventual contrato, cabe ao órgão gerenciador convidar os demais fornecedores que formam o cadastro de reserva (se houver) para negociar a manutenção dos valores da Ata, não lhe sendo autorizada a aceitação de propostas em patamares superiores, já que as medidas previstas no art. 19 da Resolução não preveem essa possibilidade.

Esse, inclusive, é o entendimento da Consultoria-Geral da União, órgão de direção superior da AGU que atua na uniformização das teses jurídicas a serem adotadas pelas



unidades consultivas, conforme Parecer 001/2016/CPLC/CGU/AGU, cuja Ementa, suficientemente elucidativa – e aplicável à hipótese, dada a equivalência entre as disposições da Resolução CIRAU nº 01/2019 e o Decreto Federal nº 7.892/2013 quanto à matéria), vai abaixo transcrita:

I – Administrativo. Licitação. **Ata de registro de preços**. Reajustabilidade. **Incidência dos institutos de manutenção do equilíbrio econômico. Impossibilidade.**

II – Distinção entre a manutenção do equilíbrio econômico e o procedimento negocial previsto pelos art. 17 a 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013. Distinção de natureza jurídica. Distinção de efeitos. Distinção de competências.

III – **O procedimento de negociação dos valores registrados na Ata, previsto nos artigos 17 a 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013, não se confunde com o reconhecimento do direito da parte contratante à alteração do valor contratual, para manutenção do equilíbrio econômico do contrato.**

IV – O procedimento de negociação dos valores registrados na Ata, previsto nos artigos 17 a 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013, afeta o preço registrado na Ata e deve ser conduzido, *a priori*, pelo órgão gerenciador.

V – **Não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico (revisão econômica) em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).**

VI – O fato gerador de manutenção do equilíbrio econômico (reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico) deve ser reconhecido no âmbito da relação contratual firmada pela autoridade competente, sem necessária interferência na Ata de Registro de Preços.

Vale destacar que o fato de o art. 19 da Resolução CIRAU nº 01/2019 não ter estabelecido a possibilidade de aumento dos preços registrados em ata, longe de afrontar a legislação e a própria Constituição Federal (art. 37, XXI, CRFB), é coerente com os princípios da seleção da proposta mais vantajosa, da isonomia e da impessoalidade, que regem os procedimentos licitatórios (art. 3º, *caput*, Lei nº 8.666/93), pois garante que os valores mais elevados que seriam pagos pela Administração em futuro contrato não sejam definidos numa negociação com um número restrito de participantes (empresas que figuram na ARP).

Por essa razão, o parágrafo único do citado dispositivo dispõe que, não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, a qual, ressalvados





os casos de dispensa e inexigibilidade, pressupõe a ampla participação das empresas interessadas (não apenas as que estavam registradas na ARP).

Desse modo – e encerrando a digressão –, resta evidenciado que o reequilíbrio econômico-financeiro não se aplica às Atas de Registro de Preços, cabendo apenas o procedimento negocial de revisão previsto nos art. 18 e 19 da Resolução CIRAU nº 001/2019, o qual não prevê a possibilidade do aumento dos preços registrados em Ata.

Assentadas tais premissas, **ao se analisar o caso ora posto à análise**, verifica-se das próprias alegações apresentadas pela peticionante que os requisitos previstos no art. 19 da Resolução CIRAU nº 01/2019 não restaram preenchidos, uma vez que a variação natural dos insumos durante o período de vigência da Ata, em que pese possa refletir nos Contratos Administrativos dela decorrentes, não poderiam ser justificadores de majorações dos valores registrados.

Assim, não há como se afirmar ter ocorrido uma superveniente superação do valor registrado pelos preços de mercado, razão pela qual não se encontram preenchidos os critérios descritos no art. 19 da Resolução CIRAU nº 01/2019, sendo de rigor a **manutenção da Ata de Registro de Preços**, afastando qualquer pretensão atinente à liberação do fornecedor de seu compromisso de fornecimento.

## **2.2. Da análise acerca da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no bojo de eventual Contrato celebrado com Município consorciado ou aderente**

Sem prejuízo dos argumentos lançados no tópico antecedente quanto à liberação do fornecedor do compromisso fixado em Ata, o próprio Edital do certame licitatório em discussão previa a possibilidade de os Municípios Consorciados ou Entes Aderentes à ARP celebrarem **contratos administrativos** com os fornecedores – circunstância em que a relação jurídica entre as Partes não mais seria regida pela Resolução CIRAU nº 01/2019, mas sim pelos ditames da própria Lei nº 8.666/93.

Diante disso, considerada a possibilidade de ter sido celebrado eventual Contrato Administrativo entre algum Ente e o fornecedor peticionante em relação ao item em comento, é o caso de se analisar o pleito de revisão sob tal ótica, de modo a averiguar a procedência ou



improcedência das razões apresentadas e auxiliar os Municípios consorciados ou aderentes na tomada de Decisão acerca da concessão (ou não) do reequilíbrio pretendido.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos é garantida pelo art. 37, XXI, *in fine*, da CF, para fins de avaliar a ocorrência de evento que interfira na equação econômico-financeira do contrato e promover a adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original.

A possibilidade de revisão dos contratos administrativos, por sua vez, à luz da cláusula *rebus sic stantibus*, encontra previsão no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

A aplicação da teoria da imprevisão, para fins de restauração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, na forma do artigo supracitado, segundo orientação jurisprudencial, exige que o fato seja: **a)** superveniente e imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto às suas consequências; **b)** estranho à vontade das partes; **c)** inevitável; e **d)** causa de desequilíbrio muito grande no contrato, devendo caracterizar-se, portanto, pela imprevisibilidade, extraordinariedade e inevitabilidade dos acontecimentos posteriormente à contratação.

Nesse sentido:





APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE CONTRATO. QUEBRA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO. VARIAÇÃO CAMBIAL. AUSÊNCIA DE EVENTO IMPREVISÍVEL. Só se justifica a aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* nos contratos públicos quando sobrevêm fatos imprevisíveis, ou, se previsíveis, incalculáveis nas suas consequências, e que desequilibram totalmente a equação econômica estabelecida originalmente pelas partes. Só a álea econômica extraordinária e extracontratual é que autoriza a revisão do contrato. A variação cambial, por si só, no caso concreto, não enseja revisão dos preços, por não se enquadrar em evento imprevisível ou, embora previsível, de consequências incalculáveis. A variação do dólar, com a consequente desvalorização da moeda nacional, na época (2014/2015) era uma constante. Era previsível que ocorresse. Hipótese diferente foi o que ocorreu em janeiro de 1999 com a crise da desvalorização busca da moeda. São situações completamente distintas. Não se tem como aplicar a teoria da imprevisão e a possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico do contrato em razão de variações cambiais do cotidiano, decorridas devido às oscilações naturais dos fatores de mercado. Para a aplicação da teoria da imprevisão há que se caracterizar a imprevisibilidade, a extraordinariedade e inevitabilidade dos acontecimentos posteriormente à contratação. E acontecimentos imprevisíveis devem ser entendidos como aqueles não detectáveis pelo gestor médio quando da contratação. Não é o caso dos autos. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70082168808, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em: 23-10-2019). [houve grifo].

Na hipótese ora debatida, destaca a peticionante que a majoração dos preços possui como esboço o aumento de preços dos insumos necessários para a produção do item – suposto evento que, pelos seus efeitos, implicou majoração do valor de custo do produto adjudicado.

Por certo, a majoração excepcional de custos junto ao fabricante se traduz em evento inevitável (c) e estranho à vontade das partes (b), além de, pelo que se extrai das tabelas apresentadas, ser **superveniente** ao certame (a). Logo, tais aspectos prescindem de qualquer averiguação.

Por outro lado, é importante nos debruçarmos mais detidamente sobre os demais requisitos necessários à concessão da recomposição pretendida, em especial se as **consequências** advindas de tal evento (que nada tem de imprevisível, já que as oscilações de preços de fornecedores, sobretudo em períodos de excepcionalidade como os eventos globais presenciados, são absolutamente esperados) foram **incalculáveis**, a justificar sob outro viés a concessão do reequilíbrio pretendido.



E nesse ponto, tenho que **assiste razão** à empresa peticionante.

De início, é importante assinalar que muito embora as Notas Fiscais e os orçamentos apresentados pelo fornecedor bem revelem as consequências, jamais poderiam ser interpretados, isoladamente, como sendo justificadores da concessão do reequilíbrio pretendido.

Vale destacar que o próprio o TCU sinaliza que a apresentação tão somente de notas fiscais de fornecedores é insuficiente para comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, sendo devida a apresentação e a análise de planilhas e outros documentos pertinentes, que comprovem ocorrência real do desequilíbrio:

“61. No caso em questão constata-se que os referidos produtos tiveram aumentos no período acima da inflação, o que talvez justificasse o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Porém, **a simples apresentação de notas fiscais de compras feitas pela empresa contratada não deveria ser suficiente para que a Administração aceitasse uma recomposição de preços** motivada por fato imprevisível, seria necessário que constasse do processo uma análise fundamentada e criteriosa sobre o ocorrido a fim de que ficasse caracterizada como extraordinária e extracontratual.

(...)

9.5.2. em casos de recomposição de preços motivada por ocorrência de fato comprovadamente imprevisível, faça constar do processo **uma análise fundamentada e criteriosa sobre o ocorrido, a fim de ficar caracterizado como extraordinário e extracontratual quanto à sua ocorrência e/ou quanto aos seus efeitos.**” (Acórdão nº 07/2007-Primeira Câmara). [houve grifo].

.....

“Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato” (Acórdão 7249/2016-Segunda Câmara, Tomada de Contas Especial, Relator Ministra Ana Arraes). [houve grifo].



Por outro lado, ainda que não seja possível inferir a necessidade de revisão exclusivamente das Notas Fiscais apresentadas, também não escapa da compreensão da Administração que aumentos excessivos, que superem as próprias variações dos índices econômicos, são passíveis de justificar o desequilíbrio contratual – como se vê na hipótese ora debatida, em que o aumento experienciado pelo fornecedor em seus custos atingiu a razão de **16,12%**, conforme se observa na planilha abaixo, enquanto o **IGPM** e o **IPCA**, índices oficiais de reajustes de preços em geral no período (03/2023 a 05/2023), sofreram variação correspondente a **-2,72%** e **1,32%**, respectivamente:

Planilha de Composição de Custos					
Descrição da Composição do Custo do Produto			%	Reajuste %	Total %
1. Mão de Obra			10,00%	0	10,00%
2. Custos Administrativos			3,00%	0	3,00%
3. Transporte			7,00%	0	7,00%
4. Matéria Prima			80,00%	16,12%	96,12%
Total %			100,00%		116,12%
Percentual de Reequilíbrio Sobre o Produto					16,12%
Composição dos Custos da Matéria Prima	% comp. do produto	Valor Inicial	Valor Final	Reajuste %	Total %
Matéria Prima	100,00%	R\$	R\$	%	16,12%
Cimento *Valores Unitários (SC)	20,00%	R\$ 30,54	R\$ 33,14	8,51%	1,70%
Pó de Brita *Valores Unitários (M)	30,00%	R\$ 68,00	R\$ 85,00	25,00%	7,50%
Pedrisco *Valores Unitários (M)	30,00%	R\$ 65,00	R\$ 80,00	23,07%	6,92%
Areia Média Natural *Valores Unitários (M)	20,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Descrição do Produto				Valor R\$	%
TUBO DE CONCRETO DE 600 MM					
Valor Inicial do Produto				R\$ 88,00	100,00%
Percentual de Reequilíbrio Sobre o Produto					16,12%
Valor Final do Produto				R\$ 102,18	

Diante disso, verifica-se que **efetivamente ocorreu variação dos preços de mercado quanto aos itens**, sendo possível o deferimento do requerimento apresentado, observando-se os limites previstos no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 (já que assim requerido pelo fornecedor), nos seguintes valores e proporções:

Item	Valor ofertado	Variação comprovada	Valor Reequilibrado
<b>Item 06 – Tubo de Concreto DN 600 PS1 PB</b>			
	R\$ 88,00	16,12%	R\$ 102,18

É de se ponderar, até para que não sobejem dúvidas e não se promovam expedientes temerários visando discutir o teor do presente Parecer, que a álea que impulsiona



a concessão de revisão de preços é a **extraordinária** (d), aquela que escapa completamente a qualquer órbita de previsibilidade, comprometendo a própria exequibilidade do ajuste caso não promovido seu reequilíbrio – o que se verifica na hipótese, já que demonstrado pelo fornecedor um aumento **excepcional** do valor do produto dentro de um período de **três meses**.

Desse modo, e dispensando maiores exegeses, opino pelo **parcial deferimento** da recomposição pretendida pela peticionante, no limite e quanto aos itens indicados na Tabela acima, tendo como **data-base o dia 05/06/2023** (data do ingresso do requerimento).

### 3. **Conclusão**

Diante do exposto, opino pelo **indeferimento** de eventual pedido de liberação do compromisso de cumprimento da Ata manejado pelo requerente, mantendo-se incólumes os preços registrados e sua obrigação de fornecimento, consoante fundamentação acima colacionada.

Por outro lado, opino pelo **parcial deferimento** do pedido de revisão quanto aos Contratos Administrativos eventualmente entabulados entre o fornecedor e os Municípios consorciados, nos limites e valores indicados na Tabela indicada em linhas anteriores, tendo como **data-base** para a concessão do pleito o **dia 05/06/2023**.

Sugiro ao Coordenador Administrativo do CIRAU que remeta o presente Parecer ao licitante e aos Municípios consorciados, **cientificando os Municípios do caráter meramente opinativo e não vinculativo** do presente Parecer, cujas conclusões poderão ser reavaliadas por cada Gestor no âmbito de seus Municípios para efeito de atendimento às peculiaridades locais.

S.M.J., é o parecer.

Erechim/RS, 14 de junho de 2023.

**Maicon Girardi Pasqualon**

OAB/RS 89.469

**DESPACHO DECISÓRIO**

Valendo-me das prerrogativas atribuídas pelo Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, acolho as razões lançadas no Parecer Jurídico e, no mérito, dou parcial deferimento ao pedido apresentado, valendo-me dos fundamentos lançados no Parecer Jurídico retro, nos termos do art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/99.

Erechim/RS, 14 de junho de 2023.

**IVONIR SANTOLIN**  
Coordenador Executivo do Consórcio